

APLICAÇÃO DA LEI 19.482/2011 NO COMBATE À DENGUE NO AMBIENTE EMPRESARIAL DE JUIZ DE FORA/MINAS GERAIS

**GOMES, Deiviany Luzia de Almeida¹; BARROSO, Ana Flávia da Fonseca²; ÁVILA,
Robert Alexandre³**

¹ Engenharia de Produção, Universidade Salgado de Oliveira, Campus Juiz de Fora, deivianygom@gmail.com

² Engenharia de Produção, Universidade Salgado de Oliveira, Campus Juiz de Fora; anaflaviabarroso@gmail.com

³ Engenharia de Produção, Universidade Salgado de Oliveira, Campus Juiz de Fora; robert.avilajf@gmail.com

Resumo: No estado de Minas Gerais, vigora a Lei 19.482, de 12 de janeiro de 2011, que dispõe sobre medidas de controle da proliferação do mosquito transmissor da dengue por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas. Este estudo teve como propósito, fazer um levantamento sobre as políticas preventivas e ações sócio educativas de combate à dengue realizadas pelas empresas de Juiz de Fora/MG com base na Lei citada. O desenvolvimento deste estudo se deu através de uma pesquisa descritiva, exploratória, composta, inicialmente, de uma revisão bibliográfica sobre as formas de prevenção e controle da dengue. Posteriormente, foi realizado um estudo qualitativo com a realização de uma entrevista a um funcionário da Superintendência Regional de Saúde de Juiz de Fora e, por fim, uma análise quantitativa com aplicação de um questionário às empresas da cidade a fim de verificar se possuem o conhecimento da lei, se possuem a Comissão Permanente de Combate a Focos do Mosquito Transmissor da Dengue (CPCD) e, quais são as ações tomadas pela empresa para o controle da doença.

Palavras-chave: Absenteísmo, CPCD, Dengue, Lei 19.482/11

APPLICATION OF LAW 19.482 / 2011 IN THE FIGHT AGAINST DENGUE IN THE BUSINESS ENVIRONMENT OF JUIZ DE FORA/MG

Abstract: In the state of Minas Gerais, the Law 19.482, dated January 12, 2011, is applied to measures the dengue mosquito's transmission control by public or private individuals or corporations. This study had the purpose of making a survey about the preventive policies and socioeconomic actions to fight dengue carried out by the companies of Juiz de Fora/MG based on the cited Law. The development of this study was done through a descriptive, exploratory research, initially composed of a bibliographical review on the forms of prevention and control of dengue. Subsequently, a qualitative study was conducted with an interview with an employee of the Regional Health Superintendence of Juiz de Fora and, finally, a quantitative analysis with the application of a questionnaire sent to companies in order to verify if they have knowledge of the law, if they have the Permanent Commission to Combat Mosquito Dengue

Transmitter Focuses (CPCD) and what are the actions taken by the company to control of the disease.

Keywords: *Absence, CPCD, Dengue, Law 19.482/11*

1 Introdução

A dengue é uma doença febril aguda cuja transmissão ocorre pela picada dos mosquitos *Aedes aegypti*. A dengue é uma arbovirose que afeta o ser humano e que, constitui, atualmente, um sério problema de saúde pública no mundo, principalmente nos países de clima tropical. Uma das características da doença é a sazonalidade e a incidência da mesma coincide com o verão, devido à maior ocorrência de chuvas e ao aumento da temperatura nessa época. É mais comum nos centros urbanos, onde é maior a quantidade de criadouros naturais ou resultantes da ação do ser humano. Entretanto, a doença pode ocorrer em qualquer localidade, conforme existência do vetor que se procria com muita facilidade.

O absenteísmo por dengue no Brasil, atualmente vem sendo um dos principais motivos de afastamento médico temporário nas empresas, visto que a transmissão pode ocorrer tanto na casa do indivíduo quanto no ambiente de trabalho. O afastamento do funcionário compromete diretamente o resultado da produção das empresas, acarretando em prejuízos que podem ser evitados através do controle e da prevenção da doença.

No estado de Minas Gerais, vigora a Lei 19.482, de 12 de janeiro de 2011, que dispõe sobre medidas de controle da proliferação do mosquito transmissores da dengue por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.

Dentro deste contexto, este estudo teve como propósito, fazer um levantamento sobre as políticas preventivas e ações sócio educativas de combate à dengue realizadas pelas empresas com o intuito de conscientizá-las da necessidade da implantação da Comissão Permanente de Combate a Focos do Mosquito Transmissor da Dengue (CPCD) com base na Lei citada.

2 Metodologia

Este artigo consiste no estudo da Lei nº 19.482/11 que dispõe sobre medidas de controle da proliferação da dengue, bem como a verificação da sua aplicação em empresas localizadas em Juiz de Fora - MG. Seu desenvolvimento se deu através de uma pesquisa descritiva, quantitativa e de cunho exploratório.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica a fim de estudar o assunto e verificar as políticas preventivas e ações sócio educativas de combate à dengue no ambiente empresarial.

Posteriormente, foi realizada uma entrevista com o Sr. Paulo Fernandes da Silva, referência técnica em dengue da SRS, a fim de esclarecer alguns aspectos como a implementação da lei na cidade de Juiz de fora, desde a publicação da lei, qual havia sido o interesse dos empresários em acessória para implementação desta, entre outros. Segundo Paulo Francisco, o empresário teve uma certa resistência em entender que o funcionário que aprende, que está ali gerando lucro, quando se afasta do trabalho, o prejuízo é da empresa. Para isso criaram a CIPA – Comissão interna de prevenção de acidentes, e a CPCD tem o mesmo objetivo da CIPA, por isso deve ser implementada e incentivada pelos próprios empresários, o interesse é de todos.

Por fim, foi elaborado um questionário sobre prevenção e combate à dengue nas empresas encaminhado por meio digital para cinquenta empresas que possuem mais de cinquenta funcionários ou com área útil de no mínimo quinhentos metros quadrados, a fim de verificar se possuem conhecimento da lei, se possuem a CPCD e quais são as ações tomadas pela empresa para o controle da doença, evitando o absenteísmo dos funcionários por atestado médico devido à doença.

A participação das empresas na realização da pesquisa se deu através das respostas do questionário com acesso no link <https://goo.gl/forms/aodKkY6xkhKwqsUb2>. Foi informado às empresas participantes sobre o caráter acadêmico da pesquisa e assegurada a preservação da identidade das empresas participantes. Foram disponibilizados, também, esclarecimentos de como implantar na empresa uma comissão de combate à dengue. Os dados foram coletados no mês de maio de 2017. Após a coleta dos dados, foram elaborados gráficos comparativos para a análise dos resultados.

3 Revisão bibliográfica

Segundo o Boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, foram registrados 1.500.535 casos prováveis de dengue no Brasil em 2016, considerando os casos suspeitos e confirmados (SAÚDE, 2017). O exercício da atividade empresarial realizada por indivíduos acometidos pela doença compromete a qualidade do produto final e dos serviços prestados aos consumidores, além de em casos extremos, abster-se de sua função, elevando a taxa de absenteísmo na empresa, uma vez em que a dengue exige cuidados médicos e repouso até a recuperação do indivíduo. O absenteísmo desencadeia muitos problemas, como o aumentando dos custos, atrasos nos prazos de entrega, e acúmulo de tarefas designados a outros funcionários, acarretando em sobrecarga de trabalho e consequentemente na credibilidade da empresa, dificultando assim, a concretização dos seus objetivos.

Já em 2008, a dengue era considerada um dos maiores problemas de saúde pública no mundo, principalmente nos países tropicais devido ao favorecimento do desenvolvimento e da proliferação do vetor. No Brasil, já era uma das doenças mais frequentes, pois atingia a população em todos os estados e qualquer classe social (BRASIL, 2008).

Essa doença tem se tornado gradativamente uma preocupação alarmante para a sociedade e principalmente para as autoridades de saúde que buscam soluções para seu controle e sua erradicação. Segundo Teixeira (2008), atualmente, foi constatada a presença da Dengue em mais de 70% dos municípios brasileiros. “Isso se deve às dificuldades enfrentadas para controlar as epidemias causadas por esse vírus e da necessidade de capacitar os serviços de saúde para atendimento de pacientes com formas mais graves, em especial a febre hemorrágica da dengue” (BARRETO; TEIXEIRA, 2008, p.53-72).

A interferência da Dengue na vida economicamente ativa do indivíduo acometido deve ser considerada visto que a mesma tem um período de duração de até 14 dias levando-se em conta a presença de sintomas persistentes e os gastos adicionais com a doença, aliados à dificuldade de retorno às atividades habituais (TEIXEIRA *et al*, 2010).

Atualmente existem duas formas de medidas de controle e profilaxia: a mecânica e a química. O controle mecânico são medidas dirigidas aos recipientes, constituindo na sua modificação de forma a não permitir o acúmulo de água e, conseqüentemente, a proliferação do mosquito. Um dos mecanismos de combate pode ser, por exemplo, a alteração ou modificação do recipiente, através de visita dirigida às residências, por profissionais treinados; arrastões; mutirões de limpeza e delimitação de foco. Estas atividades agregam a finalidade de realizar atividades de controle e limpeza, com o objetivo de diminuir os focos de dengue (SUCEN, 2006 *apud* SILVA *et al*, 2007).

As formas de conter a doença são através de medidas profiláticas, dentre elas está o controle mecânico, com a prevenção por meio da conscientização da população sobre a gravidade da doença e na colaboração na eliminação dos focos de reprodução de mosquitos transmissores. Outra forma de profilaxia, é o controle químico que consiste na aplicação de produtos químicos nos locais de possível criação do vetor e, em suas proximidades (SUCEN, 2006 *apud* SILVA *et al*, 2007).

“Políticas públicas de prevenção devem ser priorizadas para redução dos índices de transmissão e infecção da dengue. Podendo ser realizadas por meio de materiais informativos, campanhas de saúde” (LENZI *et al*. 2004, p.2).

Entre os temas prioritários da agenda da 27ª Conferência Sanitária Pan-americana, realizada no período de 1º a 5 de outubro de 2007, entre os diversos aspectos relacionados ao problema dengue, chamava-se atenção nessa época para a necessidade de organização e

estruturação dos programas de controle da dengue dos países, com um enfoque de gestão integrada, em seus diversos componentes de interesse (COELHO, 2008).

Atualmente, as atividades de prevenção no Estado de Minas Gerais, baseiam-se na Lei nº 19.482 de 12/01/2011.

Essa lei determina que pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, cuja atividade resulte em acúmulo de material de qualquer natureza tomem medidas para o controle da proliferação do mosquito da dengue. A norma também estabelece penalidades para os casos em que essa determinação for descumprida. Prevê, ainda, a realização de campanhas educativas por parte do Estado e a criação de Comissões Permanentes de Combate a Focos de Mosquito Transmissor da Dengue – as CPCDs – pelas pessoas jurídicas a que se refere. Espera-se que essas medidas propiciem uma diminuição das ocorrências de óbito e internação decorrentes da dengue (ALMG, 2017).

Conforme o artigo 5º, as pessoas jurídicas, públicas ou privadas que propiciem a proliferação do mosquito transmissor da dengue, com mais de cinquenta trabalhadores ou área igual a 500 m² localizadas em Minas Gerais, deverá instituir a comissão permanente de combate a focos do mosquito transmissor da dengue – CPCD (Lei nº 19.482/11). “O descumprimento do disposto no caput sujeita os responsáveis às penalidades previstas na lei nº 13.317, de 1999”. (§ 3º lei nº 19.482/11).

As Superintendências e Gerências Regionais de Saúde têm por finalidade garantir a gestão do Sistema Estadual de Saúde nas regiões do Estado, assegurando a qualidade de vida da população e são responsáveis pela implementação da Lei nº 19.482/11 conforme suas competências: implementar as políticas estaduais de saúde em âmbito regional; assessorar a organização dos serviços de saúde nas regiões; coordenar, monitorar e avaliar as atividades e ações de saúde em âmbito regional; promover articulações interinstitucionais; executar outras atividades e ações de competência estadual no âmbito regional; implantar, monitorar e avaliar as ações de mobilização social na região e exercer outras atividades correlatas (SAÚDE, 2017).

4 Resultados/discussão

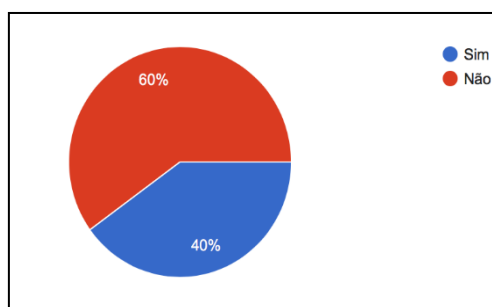
Esta seção apresenta os resultados provenientes da pesquisa qualitativa (entrevista) e quantitativa (questionário) bem como a sua discussão.

A fim de conhecer as condições de implantação da Lei na cidade, os pesquisadores visitaram a Superintendência Regional de Saúde de Juiz de Fora no dia 30/05/2017 para entrevistar o técnico em dengue da SRS, o servidor Paulo Fernandes da Silva, que ficou responsável por capacitar as empresas públicas e privadas de Juiz de Fora em relação à criação das CPCD desde 2011, entre outras tarefas.

Posteriormente, o questionário foi enviado a cinquenta empresas privadas que possuíam o perfil desejado, das quais, vinte empresas responderam. Na aplicação do questionário, foram investigados diversos aspectos relacionados à Lei nº 19.482/11 materializados em sete perguntas quanto: a existência de CPCD na empresa, ao número de funcionários fazem parte da CPCD, às ações realizadas pela comissão (treinamentos, vistorias regulares em toda a empresa, campanhas educativas em toda a empresa, campanhas educativas e distribuição de material gráfico, outras), a frequência de realização dos treinamentos de combate à dengue, a frequência de realização das vistorias, a frequência das ações educativas e, por fim, quanto à existência de ações de controle químico de combate à dengue.

Com base na pesquisa realizada, 60% das empresas não possuem uma Comissão Permanente de Combate a Focos de Mosquito Transmissor da Dengue (CPCD). Apenas 40% destas empresas possuem uma CPCD (Figura 1).

Figura 1 – Número de Empresas que Possuem o CPCD

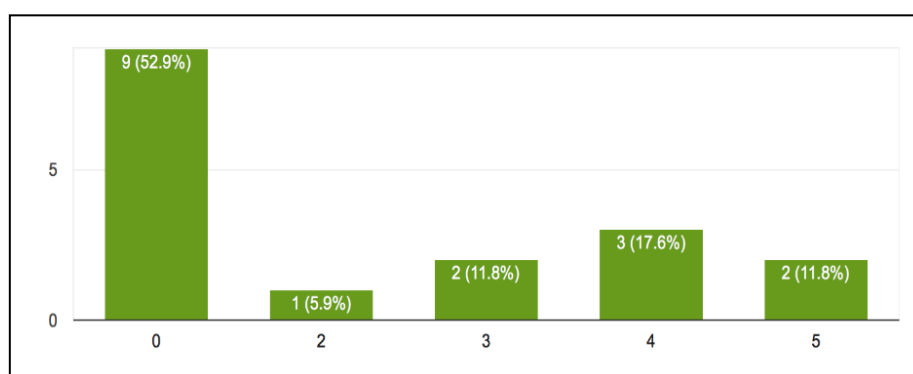


Fonte: Autoria Própria (2017)

Nos anos de 2011 e 2012, as empresas foram informadas da Lei mas não eram obrigadas a participar do processo de capacitação no qual foram realizados treinamentos para que fossem implantadas comissões nas unidades. Apesar da existência da Lei, não existe cobrança ou fiscalização, que é responsabilidade do município, assim como todo o tipo atividade de controle de doença endêmica, controle vetorial ou controle de pragas urbanas é competência do município. Dessa forma, nenhuma empresa ainda foi autuada devido o não cumprimento da Lei segundo informações do representante da SRS.

De acordo com a pesquisa, apenas três empresas possuem cerca de quatro, ou seja 17,6%, de funcionários na CPCD. Apenas duas empresas possuem cinco funcionários participando da CPCD (Figura 2).

Figura 2 – Quantidade de Funcionários que Fazem Parte do CPCD

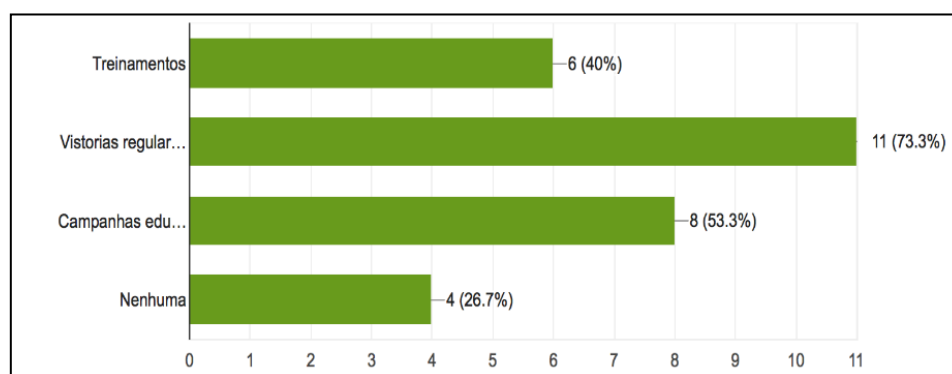


Fonte: Autoria Própria (2017)

O representante da SRS informou que o número mínimo de pessoas participantes da CPCD é cerca de dois ou três integrantes, dependendo da característica da empresa, levando-se em consideração a área total da empresa e férias dos colaboradores. Não há números exatos, o gestor é quem avalia, analisa a relevância e coloca os técnicos para a comissão.

Das ações tomadas pela comissão, 40% realizam treinamentos com os seus colaboradores, 73,3% realizam vistorias regulares em toda a empresa, 53,3% realizam campanhas educativas e distribuem materiais gráficos para os colaboradores e apenas 26,7% realizam outras atividades (Figura 3).

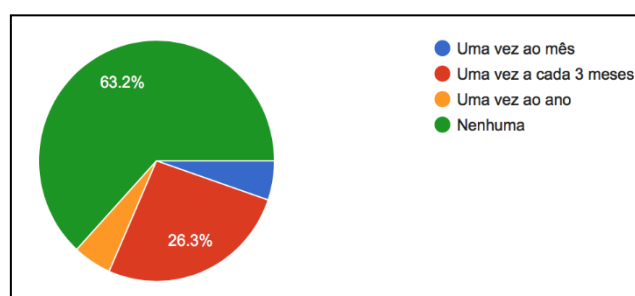
Figura 3 – Ações que são Realizadas pela Comissão



Fonte: Autoria Própria (2017)

Dentre os 40% que dizem fazer treinamentos, apenas 5,25% realizam uma vez ao mês, 26,3% realizam uma vez a cada 3 meses, 63,2% não realizam treinamentos e os outros 5,25% realizam treinamentos uma vez ao ano (Figura 4).

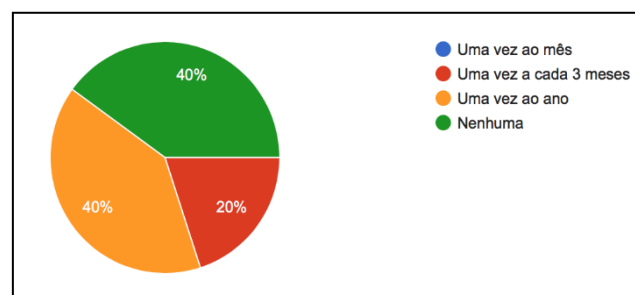
Figura 4 – Frequência que as Empresas Realizam Treinamentos



Fonte: Autoria Própria (2017)

Dentre os 53,3% que dizem desenvolver ações educativas sobre a dengue, cerca de 20% realizam uma vez a cada 3 meses, cerca de 40% realizam uma vez ao ano e os outros 40% não fazem nenhuma ação educativa (Figura 5).

Figura 5 – Frequência em que são Realizadas Ações Educativas

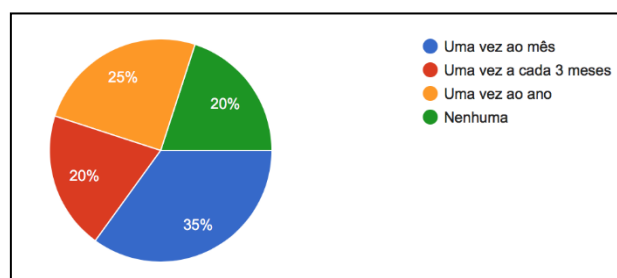


Fonte: Autoria Própria (2017)

Dentre os 73,3% que dizem realizar vistorias de combate à dengue, 35% realizam uma vistoria ao mês, 20% realizam uma vistoria a cada 3 meses, 25% realizam vistorias uma vez ao ano e cerca de 20% não realizam nenhuma vistoria (Figura 6).

As vistorias devem ser realizadas a cada sete dias, no máximo, a fim de eliminar as chances de procriação, conforme entrevista realizada o representante da SRS, no dia 30/05/2017.

Figura 6 – Frequência em que são Realizadas as Vistorias

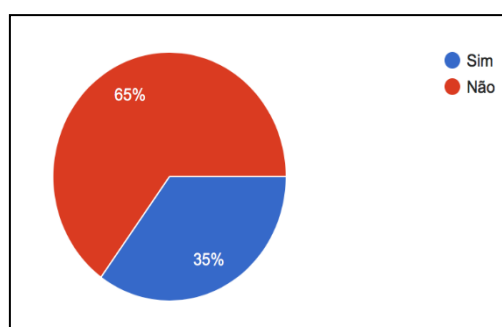


Fonte: Autoria Própria (2017)

Nota-se que a realização correta das vistorias no ambiente empresarial em relação a Dengue, diminuiria grandemente o contágio de seus funcionários por mosquitos infectados, evitando assim, possíveis complicações de caráter agudo tanto crônico. A prática de conscientização dos colaboradores por meio de palestras e ações sócio educativas quanto a doença, contribuiria de forma geral, tanto para o meio empresarial quanto para a vida social de todos os envolvidos.

Por fim, apenas 35% das empresas pesquisadas utilizam ações de controle químico de combate a dengue (Figura 7).

Figura 7 – Empresas que Utilizam Ações de Controle Químico



Fonte: Os autores (2017)

Das constatações, 40% das empresas possuem uma CPCD, destas, 73,3% fazem vistorias e 35% fazem apenas o controle químico. Dessa forma, ressalta-se a importância de implementar essa comissão no ambiente empresarial, assim como, de forma mais efetiva, conscientizar os colaboradores de que a prevenção é a melhor maneira de controlar a doença e manter todos de forma geral aptos ao trabalho, diminuindo o absenteísmo por conta do afastamento da doença e garantindo às suas empregadoras, uma prestação de serviço com qualidade e buscando ganhos unânimes.

5 Considerações finais

A lei estadual nº 19.482 de 12/01/2011 informa com clareza os perfis das empresas que se encaixariam na implementação da CPCD, assim como, as medidas que devem ser tomadas para prevenção e controle da doença. Conclui-se através desta pesquisa que apenas a criação da lei não é solução para o problema, que é a sensibilização da sociedade para o combate à dengue. Mesmo a lei sendo estadual, a fiscalização do seu cumprimento cabe ao município onde a mesma está instalada, sendo realizada pela secretária de saúde ou vigilância sanitária. Posteriormente a coleta de dados, pôde-se perceber que mesmo as empresas possuindo uma CPCD, poucas tomam as ações necessárias de prevenção, isso nos esclarece que o que se mostra

insuficiente não é em si o cumprimento da lei, mas sim o descumprimento das ações citadas na lei, como manejo de embalagens expostas, vistorias semanais, controle químico em criadouros e possíveis locais de criadouros dos mosquitos, entre outros. A conscientização se faz a melhor prevenção. O cuidado com os colaboradores no âmbito empresarial se faz necessário para que a produção seja efetivamente com qualidade e eficiência, mas acima de tudo garanta qualidade de vida a toda população.

Como continuidade deste trabalho, sugere-se um estudo sobre o absenteísmo por dengue em trabalhadores de uma organização que se enquadre na Lei citada a fim de verificar o impacto econômico causado por essa doença.

Referências Bibliográficas

ALMG. **Lei 19482, de 12 de janeiro de 2011.** Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=19482&comp=&ano=2011>>. Acesso em: 03 de março de 2017.

BARRETO, M. L.; TEIXEIRA, M. G. **Dengue no Brasil: Situação Epidemiológica e Contribuições para uma Agenda de Pesquisa.** Estudos Avançados. Brasília, V.22, n.64.

BRASIL, Ministério da Saúde. Fundação Nacional de saúde. **Dengue: Instruções para Pessoal de Combate ao Vetor.** MS/FUNASA, 2001.

COELHO, G. E. **Dengue: Desafios Atuais.** Epidemiol. Serv. Saúde. Brasília, DF, set. 2008, vol.17, n.3, pp. 231-233. ISSN 1679-4974. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742008000300008>>. Acesso em: 03 de março de 2017.

LENZI, M. F.; COURA, L. C. **Prevenção da dengue:** a informação em foco. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. Rio de Janeiro, v. 37, n. 37, julho/agosto 2004.

SAÚDE. Disponível em: <<http://www.saude.mg.gov.br/sobre/institucional/superintendencias-regionais-de-ensino>>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

SILVA, J. S.; MARINADO, Z. F.; SCOPEL, I. **A Dengue no Brasil e as Políticas de Combate ao Aedes Aegypti:** Da Tentativa de Erradicação às Políticas de Controle, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/viewFile/16906/9317>>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

TEIXEIRA, L. A. S. et al. **Persistência dos Sintomas de Dengue em uma População de Uberaba, Minas Gerais, Brasil.** Cad. Saúde Pública. 2010, vol. 26, n. 3, pp. 624-630. ISSN 1678-4464. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2010000300019>>. Acesso em: 10 de março de 2017.